

Reflexões sobre a dimensão teórica da Psicologia

Thoughts on the theoretical dimension of Psychology

Reflexiones acerca de la dimensión teórica de la Psicología

Amanda Vaz¹

Valéria Deusdará Mori²

Luciana de Oliveira Campolina³

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir representações e operações subjetivamente configuradas da dimensão teórica da Psicologia. Primeiramente, define-se como fundamento pontos de contato entre a Teoria da Subjetividade de González Rey e a perspectiva de complexidade de Morin. Então, apresenta-se as categorias principais da Teoria da Subjetividade. Posteriormente, discorre-se sobre duas formas de representação e operação subjetivamente configuradas da dimensão teórica da Psicologia: 1) como movimento recursivo entre o teorizar na Psicologia e as teorias da Psicologia enquanto sistemas representacionais, e 2) em seus contornos hegemônicos, advindos de sua vinculação com a psicologia mainstream e com o duplo silenciamento da subjetividade. Neste ínterim, são caracterizadas vias de representação e operação da dimensão teórica da Psicologia alicerçadas nesta episteme dominante: 1) a exclusão da dimensão teórica e a sua substituição pelo método, 2) a indistinção entre o movimento de teorizar e as teorias enquanto sistemas representacionais (instrumentalização, dogmatismo e ecletismo), e 3) a coisificação das teorias da Psicologia em sua inscrição na lógica de mercado (pop-degradação e pop-teorização). Por fim, pondera-se que compreender como a dimensão teórica

1 Centro Universitário de Brasília, DF, Brasil, <https://orcid.org/0000-0003-0424-1760>. E-mail: amandavaz08@gmail.com

2 Centro Universitário de Brasília, DF, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-5215-5472>. E-mail: morivaleria@gmail.com

3 Centro Universitário de Brasília, DF, Brasil, <https://orcid.org/0000-0003-0358-629X>. E-mail: campolina.luciana@gmail.com

da Psicologia toma forma demanda ir além do enunciado e da performance e, portanto, demanda investigar e produzir teoricamente acerca de sua configuração subjetiva.

Palavras-chave: Teorias da Psicologia; Subjetividade; Complexidade; Psicologia Mainstream.

Abstract

This article discusses subjectively configured representations and operations of Psychology's theoretical dimension. Firstly, contact points between González Rey's Theory of Subjectivity and Morin's take on complexity are defined. Then, Theory of Subjectivity's main categories are presented. Furthermore, two different subjective configurations of representing and operating Psychology's theoretical dimension are debated: 1) the recursive movement between theorizing in Psychology and the theories of Psychology as representational systems, and 2) the hegemonic contours it has in its connection with mainstream psychology and with the double silencing of subjectivity. Then, three different paths of representing and operating Psychology's theoretical dimension based on this dominant episteme are discussed: 1) the exclusion of the theoretical dimension and its replacement by the method, 2) the lack of distinction between the theorizing movement and theories as representational systems (instrumentalization, dogmatism and eclecticism), and 3) the objectification of Psychology theories in their inscription in market logic (pop-degradation and pop-theorization). Lastly, it is pointed out that understanding how the theoretical dimension of Psychology takes shape demands going beyond statements and performances, since it requires investigating and theoretically producing about its subjective configuration.

Keywords: Psychological Theories; Subjectivity; Complexity; Mainstream Psychology.

Resumén

Este artículo analiza representaciones y operaciones configuradas subjetivamente de la dimensión teórica de la Psicología. Primero, se definen puntos de contacto entre la Teoría de la Subjetividad de González Rey y la perspectiva de la complejidad de Morin. Luego, se presentan categorías de la Teoría de la Subjetividad. Posteriormente, se discuten formas de representación y operación subjetivamente configurados de la dimensión teórica de la Psicología: 1) como un movimiento recursivo entre la teorización y las teorías como sistemas representacionales, y 2) en sus contornos hegemónicos, surgidos de su vínculo con la psicología dominante y el doble silenciamiento de la subjetividad. Después, se caracterizan modos de representar y operar la dimensión teórica de la Psicología a partir de esta episteme: 1) la exclusión de la dimensión teórica y su sustitución por el método, 2) la indistinción entre el movimiento del teorizar y

las teorías como representacionales sistemas, y 3) la objetivación de las teorías de la Psicología en su inscripción en la lógica del mercado. Finalmente, se considera que comprender cómo se organiza la dimensión teórica de la Psicología exige ir más allá del enunciado y la acción estereotipada y, por tanto, exige investigar y producir teóricamente sobre su configuración subjetiva.

Palabras clave: *Teorías de la Psicología; Subjetividade; Complejidad; Psicología Dominante.*

FUNDAMENTANDO NOSSA CAMINHADA: PONTOS DE CONTATO ENTRE A TEORIA DA SUBJETIVIDADE DE GONZÁLEZ REY E A PERSPECTIVA DE COMPLEXIDADE DE MORIN

De acordo com González Rey (2003), criador do tripé teórico-epistemológico-metodológico da Teoria da Subjetividade (composto pela própria Teoria da Subjetividade, pela Epistemologia Qualitativa e pelo método construtivo-interpretativo), “(...) o estudo da subjetividade [como proposto por mim] concretiza no campo da Psicologia a visão da complexidade defendida por Morin (...)” (p. 273). Neste sentido, diversos trabalhos de González Rey (2003, 2005a, 2005b, 2007, 2012, 2019) permitem compreender que ele representa o real como sistema complexo de sistemas complexos, ou seja, como conformação de conformações marcada por relações dialéticas e dialógicas entre formação/processo, continuidade/ruptura, unidade/multiplicidade, partes/todo e autonomia/interdependência. Nisto, o autor dialoga veementemente com a representação do real de Morin (1989, 1997, 2002, 2005, 2012, 2019) que abarca todas estas características, com González Rey inclusive o citando sistematicamente em sua obra. Neste movimento, González Rey (2003, 2005a, 2005b, 2007) enfatiza que o tripé teórico-epistemológico-metodológico da Teoria da Subjetividade se dedica a criar inteligibilidade sobre um dos diversos sistemas complexos do real, a subjetividade, com base nas particularidades deste sistema complexo tal como definidas por ele. Mitjans Martínez (2005) faz coro a tal posicionamento ao considerar que é justamente “(...) nas definições e nas articulações das categorias principais deste *corpus* teórico [da Teoria da Subjetividade] que, no meu ponto de vista, são: *subjetividade, sujeito, configuração subjetiva e sentido subjetivo* (...)” (p. 14) que a Teoria da Subjetividade de

González Rey concretiza na Psicologia a visão de complexidade de Morin – e devido a tais categorias representarem a subjetividade, de acordo com a autora, de modo multidimensional, processual, contraditório, recursivo e configuracional. Estes são os motivos pelos quais, em diferentes pontos do presente trabalho, para discutir representações e operações subjetivamente configuradas da dimensão teórica da Psicologia, González Rey e Morin são citados conjuntamente. Ademais, levando em consideração a centralidade da Teoria da Subjetividade para tal discussão, é importante, agora, apresentá-la, detalhando os conceitos acima mencionados.

INICIANDO NOSSA CAMINHADA: AS CATEGORIAS PRINCIPAIS DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Na Teoria da Subjetividade, a subjetividade diz respeito à geração especificamente humana de modos próprios de viver as experiências. A subjetividade é produzida, enquanto sistema complexo, na/pela integração entre o emocional e o simbólico nas condições da cultura (González Rey & Mitjans Martínez, 2017a, 2017b) – e é, nisto/por isto, também produtora da cultura (González Rey, 2016, 2017).

Além disso, na Teoria da Subjetividade, a subjetividade é vista como sendo simultaneamente individual e social, com estes dois níveis deste sistema complexo se organizando e sendo organizados um no outro sem que estabeleçam relações de determinação e/ou externalidade entre si (Mitjans Martínez & González Rey, 2017). A subjetividade individual envolve os processos subjetivos da pessoa em sua trajetória; já a subjetividade social envolve os processos subjetivos conformados nos diferentes espaços da vida social (Mitjans Martínez, 2021). Neste ínterim, a categoria teórica “sujeito” adereça a pessoa, grupo ou instituição que produz processos subjetivos e alternativas de vida que rompem com os ditames e com as normativas de seus contextos, abrindo concretamente vias criativas e autorais em relação a tais ditames e a tais normativas (González Rey & Mitjans Martínez, 2017b).

A Teoria da Subjetividade pensa a subjetividade como sendo formada, enquanto sistema complexo, por sentidos subjetivos e por configurações subjetivas. Os sentidos subjetivos são as unidades básicas e mais dinâmicas

da subjetividade, definindo o caráter subjetivo das experiências ao emergirem em conjunto e em fluxo em toda ação humana (González Rey, 2021). Já as configurações subjetivas são formações psicológicas auto-organizadas e autorreguladas de caráter relativamente estável, se organizando e sendo organizadas pela convergência de sentidos subjetivos de maneira processual e aberta a novos arranjos mediante a emergência de novos sentidos subjetivos (González Rey, 2019). Assim, as configurações subjetivas integram sentidos subjetivos gerados em diferentes ações, relações, contextos e momentos das trajetórias concretas de pessoas, grupos e instituições.

Portanto, discutir representações e operações subjetivamente configuradas da dimensão teórica da Psicologia, objetivo do presente trabalho, implica em discutir qualidades, formas, coloridos assumidos pela dimensão teórica da Psicologia, historicamente e em relação à/com a cultura, no vivido de pessoas, grupos e instituições, ou seja, em subjetividades individuais e em subjetividades sociais – e, no caso, com ênfase no vivido de pessoas, grupos e instituições que se dedicam à Psicologia.

AVANÇANDO EM NOSSA CAMINHADA: REPRESENTAÇÕES E OPERAÇÕES SUBJETIVAMENTE CONFIGURADAS DA DIMENSÃO TEÓRICA DA PSICOLOGIA

Para discutir representações e operações subjetivamente configuradas da dimensão teórica da Psicologia, parte-se dos pontos de contato entre a Teoria da Subjetividade de González Rey e a perspectiva de complexidade de Morin tecidos anteriormente; especificamente, parte-se do entendimento destes dois autores de que a relação entre real e conhecimento é uma relação de não-identidade (González Rey, 2005a, 2005b; Morin, 2005, 2019). Como sistema complexo de sistemas complexos, o real existe a despeito de nós, o que não significa que seja impossível conhecê-lo, e muito menos que ele seja insensível às nossas ações. O que se evidencia é que, em sua complexidade, o real é impassível de ser totalmente compreendido por qualquer racionalidade. A produção de conhecimento a seu respeito é possível apenas a partir de como o real se configura subjetivamente, de forma que ela tem

seu amparo, então, no alcance e na profundidade de nossa sensibilidade e de nossa reflexividade (González Rey, 2007). De acordo com González Rey (2005b):

“A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, (...) formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. São precisamente esses os aspectos suscetíveis de serem significados (...). É impossível pensar que temos um acesso ilimitado e direto ao sistema do real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas.” (p. 5)

Assim, o conhecimento é necessariamente produção humana subjetivamente – e, portanto, historicamente e culturalmente – localizada. Seu propósito é gerar e ampliar possibilidades de inteligibilidade e de ação, e tanto neste novo campo do real organizado durante o processo de buscar conhecer, quanto como recurso teórico para pensar e agir em outros campos (González Rey, 2014a).

A partir disso, reflete-se primeiramente, no presente trabalho, a respeito de uma forma específica de representar e operar a dimensão teórica da Psicologia, conectada à visão de realidade subjacente aos pontos de contato já qualificados entre a Teoria da Subjetividade de González Rey e a perspectiva de complexidade de Morin. Ela envolve duas esferas que se relacionam e se definem de maneira interdependente, em que uma não pode existir sem a outra: o teorizar na Psicologia em sua especificidade como disciplina, e as teorias da Psicologia.

O teorizar na Psicologia diz respeito ao movimento sensível e reflexivo continuamente em curso de representar teoricamente a realidade tal como vivida e de produzir leituras sobre ela a partir de/com categorias teóricas da Psicologia. Isto demanda necessariamente o engajamento, o pensamento e a ação das pessoas, dos grupos e das instituições que se lançam à pesquisa, ao ensino e à atuação profissional.

As próprias categorias teóricas da Psicologia dizem respeito à segunda esfera, que envolve os múltiplos sistemas representacionais que vão se constituindo e sendo constituídos no teorizar na Psicologia. Os sistemas

representacionais aqui chamados de teorias da Psicologia têm sua produção localizada a partir do nascimento desta ciência, no século XIX, até a contemporaneidade. Este recorte foi feito a partir da argumentação de Figueiredo (2017) de que aquilo que vem a se denominar “psicológico” é produzido entre os séculos XV e XIX mediante processos históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos, ideológicos e institucionais. Portanto, teorias acerca do psicológico se tornam possíveis apenas nos séculos XVIII (Danziger, 1997) e XIX, em cujo último vem a emergir a Psicologia. Ressalta-se que o *status* das teorias de pertencerem ou não à Psicologia se deu e se dá em negociações de comunidades científicas e de outras partes interessadas em reivindicar para si o lugar de fazer Psicologia e de falar de/sobre Psicologia (Latour & Callon, 1981; Rose, 2011). Assim também foi e é no que tange ao poder científico, acadêmico, cultural e social das teorias, bem como no que diz respeito aos modos pelos quais e para que propósitos elas são utilizadas.

O teorizar na Psicologia demanda, portanto, o envolvimento das pessoas, dos grupos e das instituições que se dedicam a ela, sendo um processo dinâmico e vivo; já as teorias da Psicologia são simultaneamente meio e produto para/no decorrer deste processo, “(...) um meio-fim inscrito em permanente recorrência (...)”, de maneira que “(...) toda teoria dotada de alguma complexidade só pode conservar sua complexidade à custa de uma recriação intelectual permanente.” (Morin, 2019, p. 336). Desta maneira, as categorias teóricas e os sistemas representacionais em que estão articuladas estão a serviço do refinamento do teorizar na Psicologia em sua sensibilidade à realidade e na produção do pensamento e da ação, o que exige que sejam constantemente (re)formuladas e (re)calibradas, ou até abandonadas. O que mais importa não são as teorias da Psicologia em si mesmas, porque elas não são a realidade; e sim quão capazes são de auxiliar na significação da realidade e na geração da ação. Quando passam a perder esta capacidade, é preciso que, no teorizar na Psicologia, surjam novas categorias teóricas e novos sistemas representacionais; novas “ficções idealizantes” (Merleau-Ponty, 1990), uma vez que o que confere valor à teoria é “(...) a *clareza intrínseca que essa ficção traz aos fatos*: a lei não é uma realidade-força, mas, antes, uma luz sobre os fatos.” (p. 165).

O modo acima caracterizado de representar e operar a dimensão teórica da Psicologia é diametralmente oposto aos contornos que o teorizar, as teorias e o agir da Psicologia assumiram e ainda assumem hegemonicamente. Stengers (1990) pontua que o delineador comum das ciências modernas, em que a Psicologia se inclui em seu nascimento, é o questionamento que as funda e que permeia todas as suas práticas:

“(…) será que isso (essa proposição, esse uso de instrumento, esse fato) é científico? É esta a questão crucial. Os cientistas modernos se reconhecem no fato de colocarem a questão da ciência não sob a forma: “o que é ciência?”, mas, “será que o que eu faço, ou o que vocês fazem, é aceitável, é científico?” O fato de ser “científico” é aparentemente o critério decisivo.” (p. 79)

No caso da Psicologia, isso é exacerbado por seu movimento de mimetizar as ciências naturais positivistas como tentativa de se legitimar, e pela sua consequente inscrição e adequação ao jogo dos métodos científicos hegemônicos e interesses das/nas ciências modernas. “Será que a Psicologia que eu faço, a Psicologia que vocês fazem, é aceitável, é científica?” é a pergunta fundamental, em detrimento da reflexão capaz de gerar demarcações e posturas condizentes com a especificidade da disciplina: “o que é ciência? O que é Psicologia? Que ciência é a Psicologia?”. Aqui já se organiza um dos grandes problemas da Psicologia: a exigência colocada sobre as pessoas, os grupos e as instituições que se dedicam a ela de que, em nome da ciência, enquadrem seu pensamento e sua ação dentro dos que supostamente são unicamente legítimos, ao invés de gerá-los reflexivamente, criticamente e de maneira sensível à realidade em sua complexidade. Afinal, a própria disciplina se funda, se desenvolve e se consolida fazendo de forma majoritária exatamente este movimento: deixando de se elaborar epistemologicamente em sua singularidade para se alinhar às ciências modernas e aos interesses das coletividades em torno delas reunidas.

Assim, para fazer Psicologia, as pessoas, os grupos e as instituições que dela se ocupam têm sido conduzidos a reproduzir o que lhe é apresentado como seguro a partir de tais moldes: buscar excluir sua subjetividade de sua produção de pesquisa, ensino e atuação profissional – como se esta postura de fazer da Psicologia um campo dessubjetivado não fosse em si

uma produção subjetiva (González Rey, 2014a). Demanda-se deles, então, que abram mão de suas ideias e de sua capacidade especulativa (González Rey, 2005b), dos lugares em que se situam nos contextos por que transitam e de que fazem parte, de suas emoções (González Rey, 1999, 2007), de seus sentimentos, de seus afetos, de seus corpos (González Rey, 2012), de sua história, de sua busca por sentido (Neubern, 2004), de suas motivações, de suas inquietações, de sua curiosidade, de sua imaginação, de sua fantasia (González Rey, 2014b), de sua criatividade, de sua ocupação com as consequências do saber e do fazer da Psicologia – todos estes processos subjetivos cruciais na constituição da dimensão teórica da ciência, do ensino e da prática profissional como entendida nos pontos de contato apontados entre a Teoria da Subjetividade de González Rey e a perspectiva de complexidade de Morin.

Essa dinâmica engendra um duplo silenciamento da subjetividade na Psicologia (Vaz & Mori, 2022). Ele acontece no nível das pessoas, dos grupos e das instituições que a ela se dedicam, e no nível da subjetividade enquanto objeto. Isto faz com que a Psicologia estabeleça com a subjetividade um vínculo estranho. Ao mesmo tempo em que a subjetividade de quem faz Psicologia precisa ser banida, a subjetividade tem que permanecer de alguma forma vista e assumida, uma vez que sua reivindicação como objeto, devido a suas particularidades, foi uma das condições necessárias à diferenciação da Psicologia de outras ciências (inclusive a justificando enquanto empreendimento independente e subsidiando seu desenrolar). Assim, a subjetividade é reconhecida na medida em que garante à Psicologia ocupar certas posições (com todos os poderes que delas derivam), e desconhecida na medida em que, a serviço destas posições, são impostas a ela abordagens instituídas para outros objetos (Neubern, 2004).

Quanto não fica dificultada, por uma Psicologia que solapa a subjetividade de quem a produz, a constituição de modos de compreender a subjetividade em sua singularidade enquanto objeto? Esta lógica, conforme a Psicologia foi e vem se desenvolvendo, se entranhando e passando a definir cada vez mais a sociedade, a cultura, a política, a economia, as ideologias e as instituições, passa a servir a uma dinâmica bastante específica agenciada por ela historicamente: a produção, pela Psicologia, de modos de existir e

de viver como excluídos dela mesma (De Vos, 2012). Assim, esta disciplina participa de maneira privilegiada da constituição das pessoas, dos grupos e das instituições e, portanto, do real; contudo, ela o faz se desresponsabilizando disto e dos efeitos de suas práticas (Rose, 2011).

O tipo de psicologia assim organizado, e operante a partir desses preceitos, é discutido por Parker (2007, 2020) e De Vos (2012) sob o nome de psicologia *mainstream*. Mediante processos históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos, ideológicos e institucionais, a psicologia *mainstream* veio a adquirir domínio e, portanto, maior visibilidade na academia, na sociedade e na cultura. Morin (2011) sintetiza teoricamente a articulação entre o conhecimento engendrado pelas ciências modernas e tais processos históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos, ideológicos e institucionais no conceito de quadrimotor ciência-técnica-indústria-economia. Neste sentido, é possível pensar a psicologia *mainstream* como dispositivo (Foucault, 1998) crucial para a política e para a economia nos períodos moderno e pós-moderno e, por sua vez, pensar a política e a economia como sustentáculos da hegemonia da psicologia *mainstream*. Algumas das características deste tipo particular de psicologia são:

1. A constituição da Psicologia como pautada pelo objetivismo, pela neutralidade, pela universalidade, pela a-historicidade e pelo racionalismo, em que a razão, hipertrofiada e isolada dos demais processos humanos, é vista como a única fonte legítima para a constituição da pesquisa, do ensino e da prática profissional;
2. Devido a isso, um grau considerável de isenção da Psicologia em relação ao que diz e faz, a não ser no que tange à aprovação entre pares e atores sociais com interesses comuns – uma vez que, na psicologia *mainstream*, a Psicologia é tomada como empreendimento independente e desconectado dos problemas colocados à pesquisa, ao ensino e à prática profissional pela história, pela cultura e pela sociedade;
3. A separação entre pesquisa e prática, respectivamente, nas ditas psicologia de base e psicologias aplicadas (Vaz & Mori, 2023). Cabe à psicologia de base a pesquisa para geração de conhecimento objetivo e neutro acerca da natureza universal,

essencial, estática e atemporal do humano, principalmente pela via do experimento nos espaços controlados do laboratório e/ou da universidade (De Vos, 2012), e pela via da testagem massificada (Rose, 2011). Às psicologias aplicadas, cabe a aplicação deste conhecimento em diferentes territórios ocupados pelo psicológico;

4. A eleição do indivíduo hermético, fechado nele mesmo, como foco por excelência da Psicologia. São ignorados, psicologizados e/ou apresentados como dicotomias deterministas em relação a este indivíduo os âmbitos histórico, cultural, social, político, econômico, ideológico e institucional. Apesar de se defender que a Psicologia é biopsicossocial, na prática, ela se faz bio-bio-bio e individualista (Parker, 2007), entendendo os processos humanos prioritariamente sob óticas de caráter moral, biológico, funcional, comportamental, informacional e de interações hormonais, neuronais e genéticas (De Vos, 2012; González Rey, 2014b; Rose, 2003);
5. A prerrogativa dos saberes e dos fazeres da Psicologia como hierarquicamente superiores aos saberes e fazeres das pessoas, dos grupos e das instituições a que ela se direciona. O quanto se acolhe passivamente o que é colocado pela Psicologia é inclusive considerado indicativo do interesse e da capacidade de pessoas, grupos e instituições de “progredir” e de “melhorar” (Neubern, 2005);
6. Nesses “progredir” e “melhorar”, está a visão da Psicologia de que é ela quem mostra às pessoas, aos grupos e às instituições quem realmente são e quem realmente podem ser; a visão de que eles dependem da Psicologia para avançar (Mori, 2019). Atribuem-se, então, classificações patológicas e patologizantes ao outro (normal ou anormal, saudável ou patológico, funcional ou disfuncional, produtivo ou improdutivo), com inúmeros diagnósticos, bem como se descartam e/ou prescrevem formas de existir e de viver. Em geral, os selos de anormal, patológico,

disfuncional e improdutivo recaem sobre quem não se enquadra na sociedade e na cultura, sendo “necessárias” sua adaptação e sua adequação (Foucault, 2010).

Assim, a psicologia *mainstream* se organiza não apenas como um tipo de psicologia, mas como uma via privilegiada de experienciar a Psicologia e, portanto, como uma maneira privilegiada de se apropriar dela e de fazê-la – justamente devido à sua força e à vastidão de seu alcance, que muito devem às alianças com diferentes atores e vetores sociais pelas quais a Psicologia veio a surgir e a prosperar (Rose, 1985, 2011). Esta maneira de viver a Psicologia aparece inclusive nas psicologias cujo surgimento e desenvolvimento tiveram como intuito recusá-la e subvertê-la (González Rey, 2007; Neubern, 2004). Muitas vezes, ainda que aquilo que é declarado mude, os posicionamentos das pessoas, dos grupos e das instituições, enquanto pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e espaços da Psicologia, se mantêm na lógica da psicologia *mainstream*.

Nesse sentido, o duplo silenciamento da subjetividade funda a psicologia *mainstream* e trabalha a serviço da manutenção de seu domínio, participando significativamente da configuração subjetiva da dimensão teórica da Psicologia e, portanto, da configuração subjetiva do teorizar, das teorias, da pesquisa, do ensino e da atuação profissional. Assim, o duplo silenciamento da subjetividade impacta profundamente os modos pelos quais as pessoas, os grupos e as instituições voltados à Psicologia utilizam o teorizar e as teorias da Psicologia em suas características e em seus objetivos – e, portanto, o duplo silenciamento da subjetividade impacta profundamente a ação enquanto pesquisador, professor, estudante e profissional da Psicologia. Com isto em mente, são apresentadas a seguir vias de representação e operação da dimensão teórica da Psicologia que a psicologia *mainstream* tende a favorecer enquanto episteme dominante.

EXCLUSÃO DA DIMENSÃO TEÓRICA E SUA SUBSTITUIÇÃO PELO MÉTODO

A psicologia *mainstream* exacerba o empírico, o tomando como princípio e fim do saber e do agir psicológicos, e como detentor de sentido

e significado em si mesmo (González Rey, 2011a). Assim, o conhecimento passa a ser satisfatoriamente obtido e a ação satisfatoriamente empreendida por meio do refinamento dos modos de coleta de dados objetivos (González Rey, 2013). Estes dados assumem o *status* de ser o próprio conhecimento e de ditar por si só a prática, que não só prescindem como devem se livrar da subjetividade.

Essa supremacia do método implica na exclusão da dimensão teórica. A capacidade especulativa e imaginativa, a qualidade e a sensibilidade reflexivas e críticas, a produção de ideias, todos processos fundamentais ao teorizar, se organizam subjetivamente; desta maneira, quando o empírico escreve por si só o conhecimento, em uma relação supostamente objetiva, linear, direta e causal, o teorizar se torna mero acessório (Mori, 2014), e as categorias teóricas são reduzidas a uma operacionalização descritiva (González Rey, 2014a). Ignora-se as conexões entre a chegada a tais dados objetivos e uma série de processos subjetivos de pressuposições e de interpretações sobre o que se buscava conhecer, como se não existisse teorizar e teorias prévios e em andamento, invisibilizados, acerca do objeto (Chalmers, 1993). Danziger (1997) se refere a isto quando diz:

“Os psicólogos não inventaram o conceito de “emoção”, por exemplo, para explicar certos achados empíricos; eles obtiveram certos achados empíricos em função de seu desejo de investigar um grupo de eventos que sua cultura os ensinou a distinguir como “emocionais”.” (p. 6)

INDISTINÇÃO ENTRE O MOVIMENTO DE TEORIZAR E AS TEORIAS ENQUANTO SISTEMAS REPRESENTACIONAIS: INSTRUMENTALIZAÇÃO, DOGMATISMO E ECLETISMO

Por procurar eliminar os processos subjetivos da dimensão teórica, a psicologia *mainstream* elimina o teorizar em seu caráter de processo vivo, reflexivo, de sensibilidade fina à realidade e capaz de se (re)pensar e (re) fazer. Aqui, o teorizar é confundido com as teorias da Psicologia, como se fossem a mesma coisa, e como se teorizar significasse aplicar as teorias e encontrar a realidade nelas, ou seja, fazer a realidade caber nas teorias. Estabelece-se entre dimensão teórica e realidade uma relação de comprovação,

em que a busca é que as teorias sejam confirmadas pela realidade; assim, as teorias passam a ser entendidas e utilizadas como instrumentos. Para operar neste sentido, não é necessário assumir os riscos envolvidos em gerar novas ideias e se responsabilizar pelas próprias ações. Basta sustentar as noções e repetir as práticas que pertencem à episteme dominante, estabelecendo aprioristicamente que certos resultados devem ser produzidos para que a pesquisa, o ensino e o exercício profissional tenham “validade”, “aplicabilidade”, “sucesso”.

Existe aqui um grande problema: a submissão da pesquisa, do ensino e da atuação profissional à mera replicação e repetição. Não há abertura para contestação, revisão, subversão, ruptura, espontaneidade, o que implica em desencorajar a emergência do novo e do diferente – emergência em que é necessário se sensibilizar, se deixar afetar, organizar, desorganizar e/ou reorganizar o que já foi organizado, voltar atrás, retroceder, esperar, falar e calar, criar, imaginar, fantasiar, acrescentar, (re)conectar, tecer, propor diálogos teóricos de forma epistemologicamente coerente.

Acerca desse último ponto, é importante apontar como a Psicologia importou e importa sistemas representacionais de outras ciências e da filosofia, sem, contudo, dialogar de fato com eles. Ela até mesmo recusa veementemente alguns diálogos, se dedicando, em vez disto, a recortar estes sistemas representacionais de maneira seletiva, redefinindo a seu critério ideias, noções e linguagens (González Rey, 2007, 2016; Parker, 2007). Por exemplo: os termos “energia” e “resiliência”, tomados da Física, são centrais em diversas teorias da Psicologia. Para este empréstimo, a Física serviu, mas, no que diz respeito aos avanços realizados por essa disciplina em sua postulação ontológico-epistemológico-teórico-metodológica de complexidade, a Física parece não servir. Outro exemplo diz respeito às formas como diferentes psicologias têm historicamente buscado adereçar a sociedade e a cultura as limitando a epifenômenos dos indivíduos, sem se dedicar a estudar e trocar com a Sociologia e a Antropologia, e até mesmo declaradamente se afastando delas por depreciar suas científicidades; ainda que, ao contrário da Psicologia, elas tenham demonstrado e demonstrem muito mais interesse por questões epistemológicas, teóricas e metodológicas (González Rey, 2011b).

Eis que então a dimensão teórica se torna dogmática (González Rey, 2013; Morin, 2019). Fecham-se as portas para o novo, para o diferente, para o subversivo e para outras áreas; exige-se, nos espaços de pesquisa, de ensino e de atuação profissional em Psicologia, que se opte por uma única teoria psicológica e não se converse com as demais, inclusive estabelecendo e demandando a filiação a feudos teóricos. Costuma-se também esperar que a teoria escolhida esteja alinhada com o modo pelo qual historicamente a Psicologia clivou suas diferentes áreas como passíveis de serem significadas apenas por determinados sistemas representacionais. Entende-se que as teorias são especificamente da psicologia social, ou da clínica, ou da aprendizagem (Mori, 2012), como se fosse o campo que definisse por si só qual teoria é mais apropriada para estudá-lo.

O outro lado da moeda do dogmatismo é o ecletismo (Figueiredo, 2015). Nele, as pessoas, os grupos e as instituições que se formam e atuam em Psicologia agrupam sem quaisquer critérios teorias que, caso consideradas reflexivamente, não permitiriam aproximações coerentes, uma vez que organizam seus objetos de maneiras inconciliáveis; por vezes, completamente opostas. Isto evidencia quão problemático é o silêncio epistemológico (González Rey, 2013) empreendido pela psicologia *mainstream*. Assim, o ecletismo diz respeito às pessoas, aos grupos e às instituições que se dedicam à Psicologia acreditarem que, no fundo, todas as teorias estão unificadas e que, para lidar com a complexidade do real, a melhor solução é enxergar a dimensão teórica como uma caixa de opções, em que qualquer teoria pode ser arbitrariamente escolhida de acordo com a demanda que se apresenta; novamente, como se fosse o campo que definisse por si só qual teoria é mais apropriada para estudá-lo.

COISIFICAÇÃO DAS TEORIAS DA PSICOLOGIA E LÓGICA DE MERCADO: A POP-DEGRADAÇÃO E A POP-TEORIZAÇÃO

Transformadas em instrumentos, as teorias da Psicologia acabam sendo tratadas como produtos a serem promovidos e vendidos. Criam-se engrenagens para que as pessoas, os grupos e as instituições as consumam e/ou as descartem sem ampliar e aprofundar conversas, questionamentos

e reflexões. A melhor teoria, aqui, é aquela em que a realidade se encaixa, aquela que instantaneamente oferece respostas e acalma as angústias do perguntar – e não aquela que ajuda no desenvolvimento original de respostas, que desperta estranhamento e mobilização, e que gera ainda mais perguntas. Aqui, a propagação e a divulgação das teorias da Psicologia tem como intento torná-las atraentes dentro de toda uma lógica que obedece ao mercado e à representação de Psicologia que o favorece, na medida em que esta sedução da/pela Psicologia movimenta e alimenta economicamente, politicamente, ideologicamente, socialmente e culturalmente o *status quo*.

Logo, de acordo com Morin (2019), eliminam-se “as obscuridades, as dificuldades; reduz-se a teoria a uma ou duas fórmulas de choque; assim, a teoria vulgariza-se e difunde-se, à custa dessa simplificação de consumo.” (p. 336). Este autor deu a processos deste tipo o nome de pop-degradação, noção de que Neubern (2012) se apropria ao adereçar este problema no campo da psicoterapia sob o nome de pop-teorizações. O autor as pensa como

“(...) teorias que se tornam vedetes da moda, ocupam espaços de mídia ou encontros acadêmicos de forma superficial e simplista. (...) Seus poderes não vêm apenas da eficácia que possuem, mas de todo um aparato de mercado alimentado por indústrias de imagens, fármacos, livros de auto-ajuda, *workshops* e cursos que são acessíveis ao bolso e, por se tornarem objetos de consumo, não envolvem um engajamento emocional profundo e responsável (...).” (p. 21)

FECHANDO NOSSA CAMINHADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Termina-se este trabalho ponderando que, para compreender como a dimensão teórica da Psicologia toma forma na pesquisa, no ensino e na atuação profissional, é preciso olhar para além do que está posto nas teorias, nos discursos que as enunciam e nos comportamentos que, de modo estereotipado, supostamente estão conectados a elas; e precisamente porque esta redução da dimensão teórica às teorias e a certas performances já fala da invisibilização do teorizar. É crucial, neste sentido, investigar e produzir teoricamente acerca da configuração subjetiva da dimensão

teórica da Psicologia, uma vez que é ela que vem a delimitar, dentre outras dinâmicas: 1) a ciência psicológica e suas práticas de pesquisa, de ensino e de atuação profissional, e 2) os critérios pelos quais conhecimento e ação são organizados e avaliados na/por esta disciplina.

REFERÊNCIAS

- Chalmers, A. (1993). *O que é ciência afinal?* (R. Filker, Trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind: how psychology found its language*. New York, NY: Sage.
- De Vos, J. (2012). *Psychologisation in times of globalisation: concepts for critical psychology*. London, UK: Routledge.
- Figueiredo, L. C. M. (2015). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (2017). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo, SP: Escuta.
- Foucault, M. (1998). Sobre a história da sexualidade. (R. Machado, Trad.). In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Porto Alegre, RS: Graal.
- Foucault, M. (2010). *História da loucura*. (J. T. C. Netto, Trad.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- González Rey, F. (1999). O emocional na constituição da subjetividade. In S. T. M. Lane & Y. Araújo (Orgs.), *Arqueologia das emoções* (pp. 35-56). Petrópolis, RJ: Vozes.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005a). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia* (pp. 27-52). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.

- González Rey, F. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- González Rey, F. (2011a). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo, SP: Cortez.
- González Rey, F. (2011b). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- González Rey, F. (2012). Sentidos subjetivos, linguagem e sujeito: implicações epistemológicas de uma perspectiva pós-racionalista em psicoterapia. In A. F. Holanda (Org.), *O campo das psicoterapias: reflexões atuais* (pp. 47-70). Curitiba, PR: Juruá.
- González Rey, F. (2013). O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8(1), 20-34.
- González Rey, F. (2014a). Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. In A. Mitjás Martínez, M. S. Neubern & V. D. Mori, (Orgs.), *Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas* (pp. 13-32.). Campinas, SP: Alínea.
- González Rey, F. (2014b). A imaginação como produção subjetiva: as ideias e os modelos de produção intelectual. In A. Mitjás Martínez & P. Álvarez (Orgs.), *O sujeito que aprende: diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural* (pp. 35-62.). Brasília, DF: Liber Livro.
- González Rey, F. (2016). Advancing from the topics of social reality, culture and subjectivity from a cultural-historical standpoint: moments, paths and contradictions. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 2(5), 1-15. <http://dx.doi.org/10.1037/te00000045>
- González Rey, F. (2017). Advances in subjectivity from a cultural-historical perspective: unfolding and consequences for cultural studies today. In M. Flerer, F. González Rey, & N. Veresov (Orgs.), *Perezhivanie, emotions and subjectivity: advancing Vygotsky's legacy* (pp. 173-193). Singapore: Springer.

- González Rey, F. (2019). Subjectivity as a new theoretical, epistemological, and methodological pathway within cultural-historical psychology. In F. González Rey, A. Mitjás Martínez, & D. M. Goulart (Orgs.), *Subjectivity within cultural-historical approach: theory, methodology and research* (pp. 21-36). Singapore: Springer.
- González Rey, F. (2021). The topic of subjectivity in Psychology: contradictions, paths, and new alternatives. In D. M. Goulart, A. Mitjás Martínez, & M. Adams (Orgs.), *Theory of Subjectivity from a cultural-historical standpoint: González Rey's legacy* (pp. 37-58). Singapore: Springer.
- González Rey, F., & Mitjás Martínez, A. (2017a). El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico. *Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano*, 12(2), 3-20.
- González Rey, F., & Mitjás Martínez, A. (2017b). Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Campinas, SP: Alínea.
- Latour, B. & Callon, M. (1981). Unscrewing the Leviathan; or how actors macrostructure reality, and how sociologists help them to do so? In K. Knorr & A. Cicourel (Orgs.), *Advances in social theory and methodology* (pp. 277-303). London, UK: Routledge Kegan & Paul.
- Merleau-Ponty, M. (1990). *Resumo de cursos: psicossociologia e filosofia*. (C. M. Cesar & L. M. Cesar, Trads.). Campinas, SP: Papirus.
- Mitjás Martínez, A. (2005). A Teoria da Subjetividade de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia* (pp 1-26). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Mitjás Martínez, A. (2021). González Rey's work: genesis and development. In D. M. Goulart, A. Mitjás Martínez, & M. Adams (Orgs.), *Theory of Subjectivity from a cultural-historical standpoint: González Rey's legacy* (pp. 19-36). Singapore: Springer.
- Mitjás Martínez, A., & González Rey, F. (2017). *Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica*. São Paulo, SP: Cortez.

- Mori, V. D. (2012). Os sentidos subjetivos do ser psicoterapeuta: a aprendizagem em um estágio supervisionado. In A. Mitjás Martínez, B. J. L. Scoz & M. I. S. Castanho (Orgs.), *Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco* (pp. 203-218). Brasília, DF: Liber Livro.
- Mori, V. D. (2014). A Epistemologia Qualitativa na pesquisa em saúde: suas implicações e desafios. In A. Mitjás Martínez, M. S. Neubern & V. D. Mori (Orgs.), *Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas* (pp. 111-126). Campinas, SP: Alínea.
- Mori, V. D. (2019). A psicoterapia na perspectiva da Teoria da Subjetividade: a pesquisa e a prática como processos que se constituem mutuamente. In A. Mitjás Martínez, F. González Rey & R. Valdés Puentes (Orgs.), *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (pp. 183-201). Uberlândia, MG: EDUFU.
- Morin, E. (1989). *Edgar Morin*. In G. Pessis-Pasternak (Org.), *Ideias contemporâneas: entrevistas do Le Monde; M. L. Blumer, Trad.*, (pp. 33-40). São Paulo, SP: Ática.
- Morin, E. (1997). *Meus demônios*. (L. Duarte & C. Meireles, Trans.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2002). *O método 1: a natureza da natureza*. (I. Heineberg, Trad.). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. (E. Lisboa, Trad.). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Morin, E. (2011). *Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade*. (E. A. Carvalho, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2012). *Meus filósofos*. (E. A. Carvalho & M. P. Bosco, Trans.). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Morin, E. (2019). *Ciência com consciência*. (M. D. Alexandre, & M. A. A. S. Dória, Trans.). Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Brasília, DF: Plano.
- Neubern, M. S. (2005). A dimensão regulatória da psicologia clínica: o impacto da racionalidade dominante nas relações terapêuticas. *Estudos de Psicologia*, 10(1), 73-81. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100009>

- Neubern, M. S. (2012). Ensaio sobre a cegueira de Édipo: sobre psicoterapia, política e conhecimento. In A. F. Holanda (Org.), *O campo das psicoterapias: reflexões atuais* (pp. 13-46). Curitiba, PR: Juruá.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London, UK: Pluto Press.
- Parker, I. (2020). *Psychology through critical auto-ethnography: academic discipline, professional practice, and reflexive history*. London, UK: Routledge.
- Rose, N. (1985). *The psychological complex: psychology politics and society in England (1869-1939)*. London, UK: Routledge Kegan & Paul.
- Rose, N. (2003). Neurochemical selves. *Soc*, 41(41), 46–59. <https://doi.org/10.1007/BF02688204>
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. (A. A. Leal, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Stengers, I. (1990). *Quem tem medo da ciência? Ciências e poderes*. (E. A. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Siciliano.
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2022). Configurações subjetivas da psicoterapia em sua divulgação no Instagram: reflexões sobre a atuação do psicoterapeuta. *New Trends in Qualitative Research*, 15, e759. <https://doi.org/10.36367/ntqr.15.2022.e759>
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2023). Research in psychotherapy and Theory of Subjectivity: care as its foundation. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 33, e3331. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3331>

Recebido em 17/05/2023

Aceito em 28/02/2025